

PANDEMIA E NEGACIONISMO: UMA ANÁLISE CRÍTICA E ESTATÍSTICA DAS MORTES POR COVID-19 NO BRASIL

Walter Barretto Jr.¹
Raique Lucas de Jesus Correia²
Laumar Neves de Souza³
José Euclimar Xavier de Menezes⁴

RESUMO

O presente artigo busca investigar a correlação entre as mortes por Covid-19 no Brasil e o resultado do segundo turno da eleição presidencial de 2018, conjugando os cálculos estatísticos com uma análise crítica. Parte-se da hipótese de que os discursos e práticas negacionistas defendidas pelo presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, exerceram uma influência negativa nas mortes por Covid-19 no Brasil, sobretudo, nas unidades federativas e regiões em que ele obteve o maior percentual de votos no segundo turno da última eleição presidencial. Metodologicamente, utilizou-se o Coeficiente de Correlação de Pearson, que permitiu correlacionar os dados das mortes por Covid-19 no Brasil entre abril de 2021 a julho de 2021 com os resultados do segundo turno da eleição presidencial de 2018, constatando-se uma correlação entre positiva e muito alta nas unidades federativas e regiões em que o presidente Jair Bolsonaro obteve maiores percentuais de voto. Do ponto de vista teórico, elegeu-se como eixo para análise crítica os conceitos de “biopoder” e de “banalidade do mal”. Ao final, concluiu-se que os discursos e práticas negacionistas defendidas pelo presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores, bem como as decisões tomadas pelo Governo Federal, contribuíram de forma significativa para a banalização e agravamento das mortes por Covid-19 no Brasil, além de patrocinar a institucionalização de uma “biopolítica de extermínio involuntário” da população, demonstrando, com isso, que quando decisões políticas assumem o negacionismo por fundamento, principalmente em casos relevantes e ligados a saúde pública, as consequências são nefastas, assumindo, inclusive, um caráter letal.

Palavras-chave: Banalidade do mal. Biopoder. Covid-19. Negacionismo. Pandemia.

PANDEMIC AND NEGATIONISM: A CRITICAL AND STATISTICAL ANALYSIS OF COVID-19 DEATHS IN BRAZIL

ABSTRACT

This article seeks to investigate the correlation between deaths from Covid-19 in Brazil and the result of the second round of the 2018 presidential election, combining statistical calculations with a critical

¹ Doutorando e Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano/UNIFACS. Graduado em Arquitetura e Urbanismo/UFBA. Autor do livro “Bolsonaro e seus seguidores: o horror em 3.560 frases”. E-mail: walter@barretto.com.br

² Mestrando em Desenvolvimento Regional e Urbano/UNIFACS. Graduado em Direito/UNISBA.. Membro Associado da Liga Acadêmica de Estudos Jurídicos da Bahia/LAEJU/BA. E-mail: raiquelucas@hotmail.com

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia/UFBA. Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia/UFBA. Professor do Programa de Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Urbano/PPDRU da Universidade Salvador/UNIFACS. E-mail: laumar.souza@unifacs.br

⁴ Pós-doutor em Filosofia Contemporânea pela Pontifícia Universidade Lateranense/PUL/Roma. Visiting Professor na Universidade Portuguesa/Porto/Portugal. Doutor e Mestre em Filosofia Contemporânea pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Professor dos Programas de Stricto Sensu em Direito, Governança e Políticas Públicas/PPGDGPPE em Desenvolvimento Regional e Urbano/PPDRU da Universidade Salvador/UNIFACS. E-mail: jose.menezes@unifacs.br



analysis. It starts from the hypothesis that the denialist speeches and practices defended by President Jair Bolsonaro and his supporters exerted a negative influence on deaths from Covid-19 in Brazil, especially in the federative units and regions where he obtained the highest percentage of votes in the second round of the last presidential election. Methodologically, was used the Pearson Correlation Coefficient, which made it possible to correlate data on deaths by Covid-19 in Brazil between April 2021 and July 2021 with the results of the second round of the 2018 presidential election, showing a correlation between positive and very high in the federative units and regions where President Jair Bolsonaro obtained the highest percentage of votes. From a theoretical point of view, the concepts of “biopower” and “banality of evil” were chosen as the axis for critical analysis. In the end, it was concluded that the denialist speeches and practices defended by President Jair Bolsonaro and his followers, as well as the decisions taken by the Federal Government, contributed significantly to the trivialization and worsening of deaths by Covid-19 in Brazil, in addition to sponsor the institutionalization of a “biopolitics of involuntary extermination” of the population, thus demonstrating that when political decisions assume denialism as a foundation, especially in relevant cases linked to public health, the consequences are harmful, assuming a negative character lethal.

Keyword: Banality of evil. Biopower. Covid-19. Denialism. Pandemic.

JEL: I14, I18

1 INTRODUÇÃO

Em 2020, o mundo vivenciou o início de um dos momentos mais críticos das últimas décadas: a pandemia da Covid-19, acontecimento este que ceifou a vida de centenas de milhares de pessoas e causou mudanças profundas no modo de vida de toda a população. A pandemia da Covid-19, sem dúvida, entrará para a história não apenas como um marco temporal relevante, mas como um sinal do que existe de melhor e pior na humanidade. Se, por um lado, a pandemia ampliou o senso de solidariedade comum e provocou avanços científicos e tecnológicos em um período relativamente curto, por outro, também deu lugar para a intensificação de um tipo de comportamento que despreza a vida humana. É o que se observa, por exemplo, na maneira como a pandemia foi tratada no Brasil, onde, por diversas vezes, o dirigente máximo da nação chegou a negar os riscos associados à doença e a criticar duramente as medidas de distanciamento social e de vacinação em massa, fatos esses amplamente divulgados pelos meios de comunicação (BARRETTO JR., 2022a).

Em um retrospecto feito pela Folha de S.Paulo, é possível perceber que desde a notificação dos primeiros casos de coronavírus no Brasil, o presidente da República, Jair Bolsonaro, nunca demonstrou qualquer preocupação com as mortes que a pandemia poderia provocar, chegando, até mesmo, em muitas ocasiões, a ironizar o grau de letalidade da doença, quando como declarou que o coronavírus não passava de uma “gripezinha” e que nós deveríamos parar de “frescura e

mimimi” (TOLEDO; CICCI, 2021; UOL, 2020). Não apenas isso, Bolsonaro já chegou a dizer que a crise ocasionada pela pandemia era “muito mais fantasia” do que propriamente algo sério, culpando a mídia e a imprensa pelo que ele classificou como “superdimensionamento do poder destruidor do vírus” (G1, 2020a, 2020b).

Porém, o que impressiona mais em tudo isso é que, além de negar a crise e as mortes causadas pela Covid-19, o presidente do Brasil encontrou apoio de diversos setores da sociedade civil, que passaram a reproduzir esse discurso negacionista, inclusive, utilizando as redes sociais para disseminar *fake news* sobre a doença. Enquanto boa parte dos líderes mundiais buscou seguir as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), implementando medidas de segurança para evitar a elevação da taxa de contágio do vírus, o presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores insistiam em teorias conspiracionistas, como se a pandemia fosse um pretexto para prejudicar o governo e “disseminar o pânico entre a população” (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Em virtude disto, Jair Bolsonaro se manifestou contra o *lockdown* e o isolamento social⁵, também foi contra a obrigatoriedade do uso de máscaras, bem como o fechamento temporário de templos religiosos, instituições de ensino de todos os níveis, e de outros espaços públicos (BARRETTO JR., 2022b, 2022c; OLIVEIRA, 2020).

Para completar essa sua sanha negacionista, Jair Bolsonaro não hesitou em ser um dos maiores defensores do uso da hidroxiquina para tratar os pacientes acometidos com a doença, mesmo sem qualquer comprovação científica da eficácia deste medicamento para os casos de coronavírus (BARRETTO JR., 2022e). De igual modo, quando, enfim, as primeiras vacinas começaram a ser fabricadas, o presidente questionou a eficácia das mesmas persistindo no uso da cloroquina como forma de imunização, além de postergar a compra desses imunizantes (BARRETTO JR., 2022d, 2022e). Diante da negligência e da péssima atuação do Governo

⁵ À revelia do Governo Federal, os governadores e prefeitos deram início ao *lockdown*, albergados por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.341, que questionava a validade da Medida Provisória 926/2020 que, entre outras providências, restringia a liberdade de prefeitos e governadores na tomada de ações contra a pandemia (VIEIRA, 2020). Apesar disso, diversos prefeitos e governadores da sua corrente política, optaram por seguir o presidente da República, sendo menos rigorosos em relação as medidas de enfrentamento a pandemia. Quanto aos governadores e prefeitos que optaram por medidas mais rígidas no combate a Covid-19, esses foram alvos de fortes críticas do presidente e seus seguidores, como o caso do governador João Dória, em São Paulo, e os governadores do Consórcio Nordeste (BARRETTO JR., 2022f).

Federal na gestão da pandemia, o Senado, por exigência do Supremo Tribunal Federal (STF), instaurou, no final do mês de abril de 2021, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar essas questões (BRASIL 2021).

Tal CPI apresentou duas linhas de investigação: uma associada a suspeita de que o governo teria adotado a tese da “imunidade de rebanho” como política extraoficial de combate ao coronavírus; e outra relacionada a possíveis indícios de corrupção envolvendo transações do Governo Federal com a farmacêutica *Bharat Biotech*, produtora do imunizante Covaxin (BRASIL, 2021). No decorrer dos trabalhos da referida Comissão foi revelado, dentre outras ocorrências, que o governo brasileiro ignorou 81 propostas para compra de vacinas feitas pela farmacêutica *Pfizer* (BRASIL, 2021), situação essa que se revelou de gravidade sem precedentes, posto que algumas pesquisas estimam que, caso o governo tivesse realizado o contrato com a aludida empresa na primeira oportunidade, mais de 27 mil pessoas com 50 anos ou mais de idade não teriam falecido de Covid-19 (BARRETO JÚNIOR *et al.*, 2021).

Tendo todos esses elementos como pano de fundo, o presente artigo busca investigar a correlação entre as mortes por Covid-19 no Brasil e o resultado do segundo turno da eleição presidencial de 2018, conjugando cálculos estatísticos com uma análise crítica. Parte-se da hipótese de que o discurso e práticas negacionistas defendidas pelo presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, bem como as ações do Governo Federal, exerceram uma influência negativa nas mortes por Covid-19 no Brasil, sobretudo, nas regiões e unidades federativas em que o presidente obteve o maior percentual de votos na eleição de 2018, contribuindo, dessa forma, para a banalização e agravamento da pandemia no país.

Metodologicamente, utilizou-se o Coeficiente de Correlação de Pearson, que permitiu relacionar os dados das mortes por Covid-19 no Brasil entre abril de 2021 a julho de 2021 com o resultado do segundo turno da eleição presidencial de 2018. Para tanto, definiu-se um estudo em três etapas distintas para a realização dos cálculos: a primeira, analisando os estados brasileiros e o Distrito Federal; a segunda, comparando os resultados entre as regiões brasileiras; e, finalmente, a terceira, examinando a redução na expectativa de vida dos brasileiros causada pela pandemia, constatando-se uma correlação entre positiva e muito alta nos três estudos realizados.

Do ponto de vista teórico, elegeu-se os conceitos de “biopoder” e de “banalidade do mal”, propostos por Michel Foucault e Hannah Arendt, respectivamente, no sentido de também explorar criticamente os resultados encontrados no estudo estatístico. Ao final, concluiu-se que os discursos e práticas negacionistas defendidas pelo presidente Jair Bolsonaro e apoiada por seus seguidores, bem como as decisões tomadas pelo Governo Federal, notadamente pelo Ministério da Saúde, contribuíram de forma significativa para a banalização e agravamento das mortes por Covid-19 no Brasil, além de patrocinar a institucionalização de uma “biopolítica de extermínio involuntário” da população, demonstrando, com isso, que quando decisões políticas assumem o negacionismo por fundamento, principalmente em casos relevantes e ligados a saúde pública, as consequências são nefastas, assumindo, inclusive, um caráter letal.

Nesse sentido, o presente artigo subdivide-se em três seções principais. Inicialmente, aborda-se a metodologia utilizada para realização do estudo estatístico, que tem como base o Coeficiente de Correlação de Pearson. Em seguida, apresenta-se os cálculos e os resultados associados a aplicação do Coeficiente de Correlação de Pearson em relação as mortes por Covid-19 no Brasil entre abril de 2021 a julho de 2021 com o resultado do segundo turno da eleição presidencial de 2018, nos estados e regiões da federação brasileira. Por último, coteja-se os resultados do estudo estatístico com um enfrentamento crítico da questão, respaldado nos conceitos de “biopoder” e “banalidade do mal”.

2 ENTENDENDO OS ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção apresenta-se o Coeficiente de Correlação de Pearson, metodologia utilizada para a realização da análise estatística, no sentido de verificar se existe ou não correlação entre as mortes por Covid-19 no Brasil e o resultado do segundo turno da eleição presidencial de 2018. O seu idealizador, Karl Pearson (1857-1936), muito colaborou para a teoria moderna estatística. Foi o fundador, em 1911, do Departamento de Estatística Aplicada da *University College London*, considerado o primeiro departamento específico em estatística do mundo. Segundo explica Dodge (2008), Pearson chegou a atual fórmula do coeficiente de correlação em 1896. Porém, é justo registrar que os estudos estatísticos do coeficiente de correlação foram desenvolvidos em conjunto com Francis Galton (1882-1911), também matemático e estatístico inglês (STANTON, 2017).

O coeficiente de correlação, segundo Garson (2009), é uma medida de associação bivariada do grau de relacionamento entre duas variáveis. Para Moore (2007, p. 100-101), “a correlação mensura a direção e o grau da relação linear entre duas variáveis quantitativas”. Pode-se então resumir o Coeficiente de Correlação Pearson como sendo “uma medida de associação linear entre variáveis” (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 118).

O resultado do cálculo estatístico do coeficiente de correlação varia entre 1 e -1. Sendo o resultado 1 ou -1, tem-se uma correlação perfeita entre os dados. Quando o coeficiente apresenta um valor positivo significa que se um grupo de dados aumenta o outro grupo de dados também aumenta. Já quando o coeficiente apresenta um valor negativo, tem-se o contrário, ou seja, se um grupo de dados aumenta, o outro diminui. O valor do coeficiente sendo 0, significa que não existe correlação entre os dados. Nos intervalos intermediários tem-se, na medida que o resultado fica mais próximo do 1 ou de -1, uma correlação maior entre os dois grupos de dados (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

O Quadro 1 exibe as variações referentes à maior ou menor correlação entre os dados, conforme os valores passíveis de serem obtidos:

Quadro 1 – Base de Análise do Coeficiente de Correlação de Pearson

COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO	RESULTADO DA CORRELAÇÃO
0,9 a 1	Muito alta , com os dados para o mesmo sentido
0,7 a 0,9	Alta , com os dados para o mesmo sentido
0,5 a 0,7	Positiva , com os dados para o mesmo sentido
0,3 a 0,5	Baixa , com os dados para o mesmo sentido
-0,3 a 0,3	Insignificante
-0,5 a -0,3	Baixa , com os dados para sentidos opostos
-0,7 a -0,5	Positiva , com os dados para sentidos opostos
-0,9 a -0,7	Alta , com os dados para sentidos opostos
-1 a -0,9	Muito alta , com os dados para sentidos opostos

Fonte: Hinkle, Wiersma e Jurs (2003).

Sabe-se que outros fatores podem influenciar nos resultados da correlação, gerando falsos-positivos ou falsos-negativos. Destarte, pode acontecer de duas ocorrências que não possuem ligação entre si apresentem alto nível de correlação,

mesmo que isso não se verifique faticamente. Por esse motivo, nesta pesquisa optou-se também por uma análise teórica, no sentido de enfrentar criticamente a questão que nela se explora. Ao trilhar nessa direção, será possível avaliar se o discurso e as práticas negacionistas defendidas pelo presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, bem como as ações do Governo Federal, exerceram uma influência negativa nas mortes por Covid-19 no Brasil, sobretudo, nas regiões e estados brasileiros em que o presidente obteve o maior percentual de votos na eleição de 2018, contribuindo para a banalização e agravamento da pandemia no país.

2 MORTES POR COVID-19 NO BRASIL E RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018: O QUE DIZEM AS ESTATÍSTICAS?

Como já mencionado, definiu-se três etapas distintas para a realização dos cálculos do Coeficientes de Correlação de Pearson, de modo a relacionar as mortes por covid no Brasil com os resultados das eleições presidenciais de 2018. A primeira etapa consistiu em calcular o coeficiente de correlação entre a quantidade de mortes por milhão de habitantes por Covid-19 de cada um dos estados brasileiros e o Distrito Federal e os resultados percentuais dos votos válidos recebidos pelo presidente Jair Bolsonaro no segundo turno da eleição de 2018 (Tabela 1 e Gráfico 1). Já na segunda etapa, calculou-se o coeficiente de correlação entre as quantidades de mortes por milhão de habitantes por Covid-19 nas regiões brasileiras e os resultados percentuais dos votos válidos do presidente Jair Bolsonaro no segundo turno da eleição de 2018 (Tabela 2 e Gráfico 2). Para ambas as análises, considerou-se a quantidade de mortes por milhão de habitantes por Covid-19 nas seguintes datas: 30/04/2021, 22/05/2021, 13/06/2021, 18/07/2021. Finalmente, na terceira etapa, calculou-se o coeficiente de correlação entre a redução na expectativa de vida dos brasileiros em cada um dos estados e o Distrito Federal com os percentuais dos votos válidos do presidente Jair Bolsonaro no segundo turno da eleição de 2018 (Tabela 3 e Gráfico 3).

2.1 Avaliando os números da pandemia no território nacional

Na Tabela 1 estão listados os estados brasileiros e o Distrito Federal, começando por aqueles em que o presidente Jair Bolsonaro teve o mais alto

percentual de votos válidos no segundo turno da eleição de 2018. Nas colunas 4, 5, 6 e 7 da mencionada tabela, têm-se os resultados das mortes por Covid-19 por milhão de habitantes de cada um dos espaços privilegiados nesta investigação, nas seguintes datas: 30/04/2021, 22/05/2021, 13/06/2021 e 18/07/2021. Ao se buscar interpretar os resultados contidos na referida tabela, é possível perceber que existe uma correlação positiva, com os dados no mesmo sentido entre as mortes por Covid-19 por milhão de habitantes e o resultado do segundo turno da eleição presidencial de 2018.

Tabela 1 – Coeficiente de correlação entre as mortes por Covid-19 e a proporção de votos recebidos pelo presidente Jair Bolsonaro no segundo turno da eleição de 2018 nas unidades da federação e no Distrito Federal

Item	Estados brasileiros e o Distrito Federal	Eleição 2º Turno votos Bolsonaro	Mortes por Covid-19 por milhão de habitantes			
			30/04/21	22/05/21	13/06/21	18/07/21
1	AC	77,22%	1.686	1.803	1.888	1.959
2	SC	75,92%	1.844	2.020	2.175	2.394
3	RO	72,18%	2.844	3.091	3.259	3.474
4	RR	71,55%	2.310	2.454	2.572	2.773
5	DF	69,99%	2.522	2.738	2.896	3.066
6	PR	68,43%	1.931	2.199	2.426	2.909
7	SP	67,97%	2.062	2.307	2.532	2.890
8	RJ	67,95%	2.543	2.835	3.035	3.297
9	MT	66,42%	2.695	2.944	3.146	3.435
10	GO	65,52%	2.081	2.297	2.490	2.783
11	MS	65,22%	2.014	2.276	2.633	3.057
12	RS	63,24%	2.176	2.391	2.588	2.847
13	ES	63,06%	2.316	2.559	2.712	2.852
14	MG	58,19%	1.574	1.825	2.014	2.287
15	AM	50,27%	2.957	3.026	3.077	3.146
16	AP	50,20%	1.758	1.888	2.008	2.142
17	TO	48,98%	1.584	1.727	1.878	2.120
18	PA	45,19%	1.479	1.622	1.704	1.803

19	AL	40,08%	1.254	1.369	1.487	1.676
20	RN	36,59%	1.533	1.679	1.812	1.966
21	PB	35,02%	1.674	1.828	2.002	2.185
22	PE	33,50%	1.451	1.588	1.739	1.894
23	SE	32,46%	1.828	2.096	2.301	2.506
24	CE	28,89%	1.885	2.144	2.313	2.511
25	BA	27,31%	1.233	1.363	1.502	1.681
26	MA	26,74%	1.017	1.095	1.185	1.308
27	PI	22,95%	1.551	1.752	1.892	2.051
COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO ENTRE A (%) DE VOTOS E AS MORTE POR COVID-19			0,6293 (POSITIVO)	0,6368 (POSITIVO)	0,6451 (POSITIVO)	0,6663 (POSITIVO)

Fonte: Elaboração própria com base em dados colhidos em Brasil (2018), Gazeta do Povo (2018), Lopes (2021a, 2021b), Andrade (2021) e PODER360 (2021).

Nessa sequência, estabelece-se os seguintes resultados:

i) Em 30/04/2021, o coeficiente de correlação que foi medido se situou no patamar de 0,6293. Isso significa uma correlação **positiva**, e para o mesmo sentido (Quadro 1), entre as mortes por Covid-19 por milhão de habitantes nas unidades federativas e os resultados dos percentuais de votos válidos no segundo turno da eleição do presidente Jair Bolsonaro;

ii) Em 22/05/2021, o coeficiente de correlação foi de 0,6368. Correlação **positiva**, com os dados para o mesmo sentido;

iii) Em 13/06/2021, o coeficiente de correlação foi de 0,6451. Correlação **positiva**;

iv) Em 18/07/2021, o coeficiente de correlação foi de 0,6663. Correlação **positiva**.

Ao se investir na elaboração de um exercício que permita confrontar as informações acima descritas, de modo que se possa observar qual é a direção que elas acusam, verifica-se, tomando como base os dados da última coluna, o estabelecimento de uma tendência que indica a diminuição das mortes por Covid-19 por milhão de habitantes à medida em que são apresentadas as informações referentes às unidades federativas na ordem decrescente dos votos recebidos pelo presidente Jair Bolsonaro no segundo turno da eleição de 2018, tal qual esboçado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução das mortes por Covid-19 em 18/07/2021 por milhão de habitantes segundo ordem decrescente da proporção de votos recebidos pelo presidente Jair Bolsonaro no segundo turno da eleição de 2018 nas unidades da federação e no Distrito Federal



Fonte: Elaboração própria com base em dados colhidos em Brasil (2018) e PODER360 (2021).

Avançando-se um pouco mais no escrutínio das informações que são privilegiadas neste estudo, chama a atenção o fato de que as mortes decorrentes da Covid-19 por milhão de habitantes no Nordeste ocorreram de modo menos intenso do que em outras regiões do país (Tabela 2). Tal constatação permite indagar quais fatores concorreram para que o Nordeste fosse menos impactado pelas mortes derivadas da doença em foco nesta investigação.

Questiona-se se a configuração desse quadro não se deu em função do fato de o Nordeste dispor de uma melhor rede pública hospitalar. Definitivamente, essa suposição não encontra abrigo na realidade concreta, uma vez que outras regiões do país possuem indicadores de saúde melhores do que o Nordeste, a exemplo do Sul e Sudeste (SILVA *et al.*, 2017). Seria por ser uma região onde a atividade econômica é inferior? Também não. Existem duas regiões com menor Produto Interno Bruto (PIB) do que o Nordeste: Norte e Centro-Oeste (IGBE, 2021b). Ou isto ocorre em razão de o Nordeste ter uma densidade demográfica mais baixa, o que reduziria o risco de contaminação por Covid-19? Também não. As regiões Norte e Centro-Oeste também possuem uma densidade populacional inferior ao Nordeste, inclusive nas capitais e regiões metropolitanas (IBGE, 2021a).

Diante disso, talvez, uma possível explicação para este fenômeno esteja atrelada ao resultado eleitoral. Isso porque, no momento da divulgação dos resultados da eleição em 2018, no segundo turno, momento em que foi sacramentada a vitória do presidente Jair Bolsonaro, ficou evidente que a região Nordeste tinha apresentado um cenário eleitoral muito diferente das outras regiões do país, uma vez que nela, o presidente Jair Bolsonaro obteve apenas 30,3% dos votos válidos. Essa foi uma realidade que destoou completamente daquelas que foram verificadas em outras regiões do país, a exemplo do Sul (68,3%), Centro-Oeste (66,5%), Sudeste (65,4%) e Norte (51,9%), locais em que o candidato vencedor obteve a maioria dos votos válidos.

De posse dessas informações, resolveu-se cruzá-las com aquelas que dizem respeito ao número de mortes que foram contabilizadas, nos quatro momentos mencionados anteriormente, nas diferentes regiões brasileiras, de modo a encontrar o nível de correlação existente entre tais variáveis, tal qual permitido pelo Coeficiente de Correlação de Pearson (Tabela 2).

Tabela 2 – Coeficiente de correlação entre as mortes por Covid-19 e a proporção de votos recebidos pelo presidente Jair Bolsonaro no segundo turno da eleição de 2018 nas regiões geográficas brasileiras

Item	Estados brasileiros e o Distrito Federal	Eleição 2º Turno votos Bolsonaro	Mortes por Covid-19 por milhão de hab.			
			30/04/21	22/05/21	13/06/21	18/07/21
1	Sul	68,3%	2.003	2.228	2.426	2.761
2	Centro-Oeste	66,5%	2.282	2.513	2.730	3.021
3	Sudeste	65,4%	2.051	2.306	2.515	2.823
4	Norte	51,9%	2.004	2.139	2.231	2.350
5	Nordeste	30,3%	1.440	1.598	1.742	1.912
COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO ENTRE A (%) DE VOTOS E O NÚMERO DE MORTES			0,9023 (MUITO ALTA)	0,9346 (MUITO ALTA)	0,9454 (MUITO ALTA)	0,9607 (MUITO ALTA)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados colhidos em Brasil (2018), Gazeta do Povo (2018), Lopes (2021a, 2021b), Andrade (2021) e PODER360 (2021).

Ao perseguir essa estratégia analítica, averiguou-se os resultados que estão descritos na sequência:

v) Em 30/04/2021, o coeficiente de correlação que foi medido se situou no patamar de 0,9023. Isso significa uma **correlação muito alta**, e para o mesmo sentido (Quadro 1), entre as mortes por Covid-19 por milhão de habitantes nas aludidas regiões do país e os resultados dos percentuais de votos válidos no segundo turno da eleição do presidente Jair Bolsonaro;

vi) Em 22/05/2021, o coeficiente de correlação foi de 0,9346. Correlação **muito alta**, com os dados para o mesmo sentido;

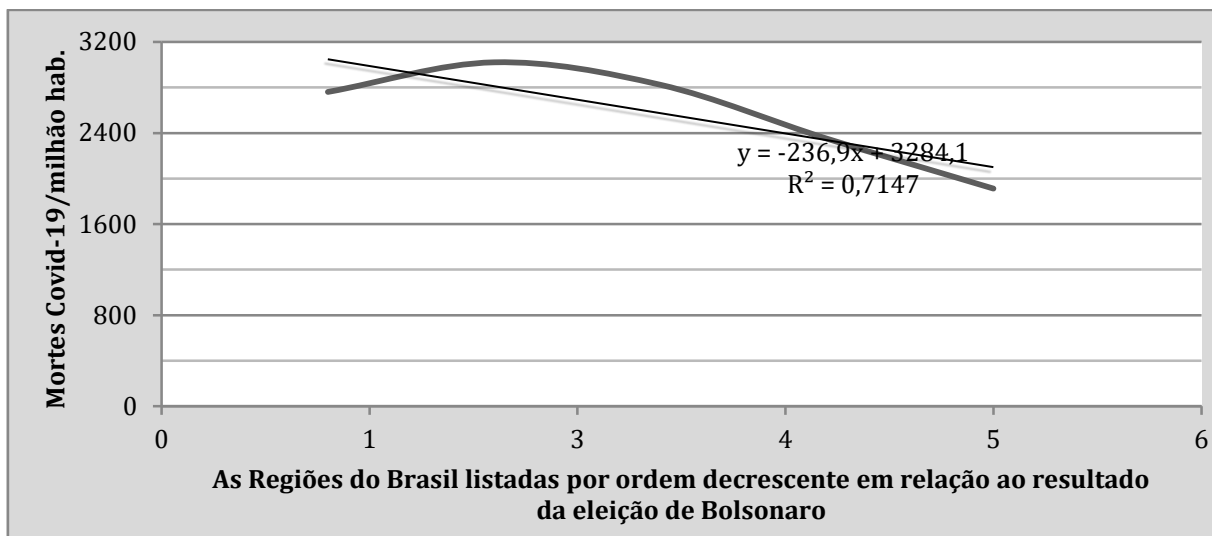
vii) Em 13/06/2021, o coeficiente de correlação foi de 0,9454. Correlação **muito alta**;

viii) Em 18/07/2021, o coeficiente de correlação foi de 0,9607. Correlação **muito alta**

Como se vê, à medida que o tempo foi passando e que cobre o intervalo que foi privilegiado neste estudo, o grau de correlação entre as variáveis escrutinadas apresentou tendência de alta, atingindo um nível próximo daquele patamar em que a correlação é considerada máxima, ou seja, quando o coeficiente atinge o valor 1. Destarte, resta provado estatisticamente que há uma correlação quase que perfeita entre as mortes por Covid-19 por milhão de habitantes por regiões do Brasil, nas datas acima listadas.

Ao escrutinar mais detidamente as informações contidas na Tabela 2, é possível constatar um achado deveras curioso, qual seja, o fato de que foram precisamente as regiões geográficas em que o atual presidente da república melhor performou nas eleições de 2018 aquelas onde o número de mortes por Covid-19 se mostrou mais aguçado. Tal ocorrência é muito bem explicitada no Gráfico 2, que mostra as mortes pela aludida enfermidade por milhão de habitantes, datadas de 18/07/2021, como função direta da proporção de votos do presidente Jair Bolsonaro no derradeiro pleito eleitoral.

Gráfico 2 – Mortes por Covid-19 em 18/07/2021 segundo ordem decrescente da proporção de votos recebidos pelo presidente Jair Bolsonaro no segundo turno da eleição de 2018 nas regiões geográficas brasileiras



Fonte: Elaboração própria com base nos dados colhidos em Brasil (2018), Gazeta do Povo (2018), PODER360 (2021).

2.1.1 A expectativa de vida dos brasileiros

Infelizmente, a tragédia brasileira da Covid-19 não parou de fornecer números assustadores. Prova disso pode ser encontrada, por exemplo, ao se consultar o artigo denominado: *Reduction in life expectancy in Brazil after Covid-19*, publicado na Revista *Nature Medicine*. Neste estudo, os pesquisadores apresentam os cálculos da expectativa de vida dos brasileiros. Os resultados indicaram redução significativa em anos de vida, fato gerado pelas mortes por Covid-19 no ano de 2020 até abril de 2021 (CASTRO *et al.*, 2021).

Diante de tal ocorrência e com vistas a burilar o discreto exercício estatístico empreendido neste estudo, resolveu-se correlacionar os resultados relativos à proporção da votação de Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2018 em todas as unidades da federação, incluindo aí o Distrito Federal, com as estimativas de redução de vida dos brasileiros que foram aferidas na investigação conduzida por Castro *et al.* (2021), conforme expresso na Tabela 3. Ao dar conta dele, descobriu-se que o valor do Coeficiente de Correlação de Pearson para as variáveis mencionadas se situa no patamar de 0,5910, o que indica uma correlação positiva, com os dados para o mesmo sentido.

Tabela 3 – Coeficiente de correlação entre os anos de redução da expectativa de vida dos brasileiros e a proporção de votos recebidos pelo presidente Jair Bolsonaro no segundo turno da eleição de 2018 nas unidades da federação e no Distrito Federal

Item	Estados brasileiros e o Distrito Federal	Eleição 2º Turno votos Bolsonaro	Anos de redução da expectativa de vida dos brasileiros
1	AC	77,22%	2,1
2	SC	75,92%	2,1
3	RO	72,18%	3,9
4	RR	71,55%	2,9
5	DF	69,99%	2,5
6	PR	68,43%	2,3
7	SP	67,97%	1,8
8	RJ	67,95%	1,5
9	MT	66,42%	3,0
10	GO	65,52%	2,2
11	MS	65,22%	2,3
12	RS	63,24%	2,2
13	ES	63,06%	2,0
14	MG	58,19%	1,8
15	AM	50,27%	4,4
16	AP	50,20%	2,1
17	TO	48,98%	1,8
18	PA	45,19%	1,7
19	AL	40,08%	1,0
20	RN	36,59%	1,3
21	PB	35,02%	1,4
22	PE	33,50%	0,8
23	SE	32,46%	1,4
24	CE	28,89%	1,5
25	BA	27,31%	1,2
26	MA	26,74%	1,3
27	PI	22,95%	1,2
COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO ENTRE A (%) DE VOTOS E ANOS DE REDUÇÃO DA ESPECTIVA DE VIDA			0,5910 (POSITIVO)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados colhidos em Brasil (2018), Gazeta do Povo (2018) e Castro *et al.* (2021).

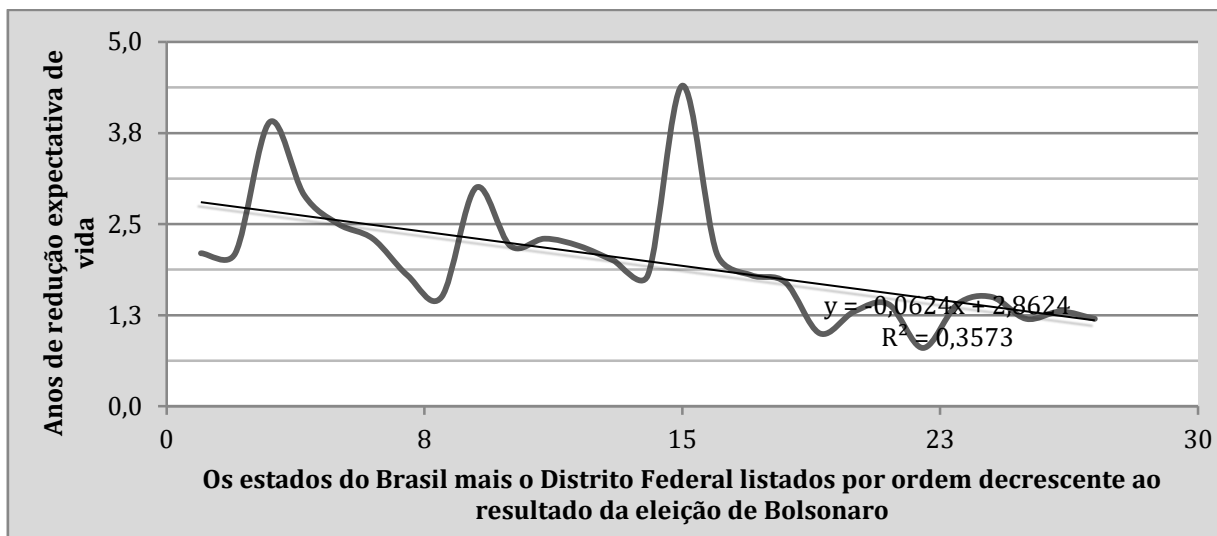
Esmiuçando-se as informações contidas na Tabela 3, percebe-se que um valor se apresenta como um *outlier* (ponto fora da curva). Trata-se exatamente da

realidade do estado do Amazonas, para o qual foi apurada uma redução muito acentuada na expectativa de vida da sua população (4,4 anos) *vis a vis* à queda que foi contabilizada nacionalmente em termos médios, que se situou na casa de 1,8 anos, como asseveram Castro *et al.* (2021). Muito provavelmente, esse quadro discrepante, comparativamente àqueles que foram observados nas outras espacialidades privilegiadas neste estudo, se deveu ao fato de que o estado em tela passou por uma grave crise de falta de oxigênio hospitalar, situação essa que acabou gerando/implicando uma ampliação do número de mortes por Covid-19.

Em face da identificação desse ponto fora da curva, e seguindo as boas normas estatísticas de tratar eventuais *outliers* com atenção especial, considerou-se conveniente refazer o cálculo do Coeficiente de Correlação de Pearson, alterando o valor original de redução da expectativa de vida do estado do Amazonas (4,4 anos) para a média nacional (1,8 anos). Com essa alteração, obteve-se um Coeficiente de Correlação de Pearson de 0,7493, o que caracteriza uma correlação alta.

Para encerrar os exercícios estatísticos desta seção, procurou-se identificar qual tendência se estabelece quando se cruzam as informações referentes aos anos de redução de expectativa de vida dos brasileiros e a ordem decrescente da proporção de votos recebidos pelo presidente Jair Bolsonaro no segundo turno da eleição de 2018 (Gráfico 3). Com efeito, pode-se ver muito nitidamente que houve uma influência negativa do resultado eleitoral na expectativa de vida do brasileiro. Ou seja, foram precisamente os territórios que mais se mostraram receptivos às ideias do presidente Jair Bolsonaro, dando-lhe vitórias consagradoras, os que mais se prejudicaram em termos da redução da expectativa de vida das suas respectivas populações.

Gráfico 3 – Anos de redução da expectativa de vida dos brasileiros segundo ordem decrescente da proporção de votos recebidos pelo presidente Jair Bolsonaro no segundo turno da eleição de 2018 nas regiões geográficas brasileiras



Fonte: Elaboração própria com base em dados colhidos em Brasil (2018), Gazeta do Povo (2018) e Castro *et al.* (2021).

Embora esses achados estatísticos sejam por demais importantes, já que exprimem de modo factível em termos quantitativos a dramaticidade e a virulência da Covid-19 no Brasil, entende-se que o debate sobre as questões relacionadas à pandemia não se encerra absolutamente na interpretação do conjunto de números que se apresentou até aqui neste estudo. Destarte, ele será complementado, na sequência, por um exame crítico, pois, a despeito da máxima comum de que os “números falam por si”, conforme aduz Giddens (2008) entende-se que este olhar seja imprescindível para uma melhor e mais completa compreensão dos fenômenos que afetam a sociedade.

Com efeito, as teorias critico-sociais mostram a necessidade de se assumir uma visão mais ampla sobre nós mesmos e sobre as relações nas quais estamos inseridos; “ela nos ensina que aquilo que encaramos como natural, inevitável, bom ou verdadeiro, pode não ser bem assim e que os ‘dados’ de nossa vida são fortemente influenciados por forças históricas e sociais” (GIDDENS, 2008, p. 24). Portanto, entender como essas forças atuam e influenciam ideologicamente o comportamento humano é, talvez, a contribuição fundamental que a abordagem crítica pode oferecer.

Desse modo, tendo em vista a problemática perseguida neste artigo, qual seja: o impacto das práticas e discursos negacionista patrocinada pelo presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores nas mortes por Covid-19 no Brasil; elegeu-se como aporte teórico os conceitos de “biopoder” e “banalidade do mal”, por entender

que essas categorias, conforme se verá a seguir, ajudam a explicar como que processos vitais da biologia humana podem ser mobilizados por uma estratégia política de controle e morte da população, exatamente como ocorreu com a gestão da pandemia no Brasil.

3 BIOPODER E BANALIDADE DO MAL: POR UM ESBOÇO CRÍTICO DA QUESTÃO

Hannah Arendt e Michel Foucault são dois dos pensadores mais importantes da contemporaneidade. A relevância de seus estudos para as ciências humanas e sociais se deve não apenas ao ineditismo de suas proposições teóricas, mas, acima de tudo, pela maneira singular com que trataram a questão da vida e morte em uma era marcada pelo refinamento dos instrumentos políticos de dominação e extermínio. É nesse sentido que, ambos os autores, embora nunca tenham estabelecido um diálogo direto, partilham de um elo em comum, isto é, ainda que metodologicamente distantes (Arendt estaria mais próxima de uma corrente fenomenológica, enquanto Foucault de uma corrente pós-estruturalista), ao tratarem das dinâmicas do poder, procuraram demonstrar como elementos característicos da biologia humana passaram a ser objeto de controle e repressão, ou seja, passaram a fazer parte de uma política de regulação da vida — a “biopolítica”.

Conforme explica Esposito (2004), o termo “biopolítica”, mesmo tendo sido difundido por Foucault, antecede os seus estudos. Entretanto, como faz questão de pontuar, foi somente a partir do enfoque foucaultiano que esta categoria adquiriu uma dimensão crítico-filosófica. Boa parte das análises de Foucault a esse respeito se encontram publicadas na coletânea “Segurança, Território, População”, que reúne uma série de aulas ministradas pelo filósofo no *Collège de France* entre 1977 e 1978. Logo na primeira parte, Foucault (2008, p. 3) toca no conceito de “biopoder”, definindo-o como “[...] o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder”. Com isso, tal autor pretende demonstrar como, na era moderna, o fato biológico tornou-se central para as estratégias de governabilidade, interferindo diretamente na vida e na morte da população.

Quanto a Hannah Arendt, suas análises acerca do totalitarismo estão completamente imersas no conteúdo da “biopolítica”, mesmo que este termo não

apareça explicitamente em suas obras (AGUIAR, 2012). Ao tratar da experiência nazista e dos campos de concentração, sobretudo, em “Eichmann em Jerusalém”, Arendt (1999) explora o modo perturbador como princípios éticos básicos, como a inviolabilidade da vida, tornaram-se “banais” durante o Terceiro *Reich*, ocasionando o genocídio de centenas de milhares de judeus, devido a naturalização de uma política oficial de extermínio, aceita passivamente por pessoas que, assim como Eichmann, não eram nem pervertidas, nem sádicas, mas, no dizer da própria autora, “assustadoramente normais” (ARENDR, 1999, p. 166).

Precisamente, todos esses aspectos confluem para um ponto crucial do exame aqui realizado: a biologização da política ou, em outras palavras, a politização da vida. De acordo com Foucault (2008), foi a partir do século XVIII, já na modernidade, que começou a se desenvolver um novo tipo de mecanismo de dominação, uma tecnologia de poder orientada ao controle biológico da vida da população. Esta nova tecnologia, o “biopoder”, diferentemente do poder disciplinar, que incidia sobre o corpo-individual, ampliou a capacidade de regulação para uma coletividade de corpos. Assim é que, conforme explica Furtado e Camilo (2016, p. 37), “a biopolítica tem como seu objeto a população de homens vivos e os fenômenos naturais a ela subjacentes. [...] Não é um poder individualizante, como as disciplinas, mas massifica os indivíduos a partir de sua realidade biológica fundamental”. De igual modo, segundo Pelbart (2003, p. 5), “quando o biológico incide sobre o político, o poder já não se exerce sobre sujeitos de direito, cujo limite é a morte, mas sobre seres vivos, de cuja vida ele deve encarregar-se”.

Giorgio Agamben (2002), ao propor interconexões entre Arendt e Foucault, especialmente, a partir da sua definição de *homo sacer* e de “vida nua”, traz à tona a caracterização de um indivíduo que por ter cometido um crime bárbaro não poderia ser sacrificado em um ritual religioso e, como tal, estava fora da esfera jurídica, de modo que se alguém o matasse não estaria cometendo homicídio. Trata-se de uma vida insacrificável, mas ainda assim, matável — o *homo sacer*, afinal. Na descrição de Agamben (2002, p. 91):

Aquilo que é capturado no bando soberano é uma vida humana matável e insacrificável: o *homo sacer*. Se chamamos vida nua ou vida sacra a esta vida que constitui o conteúdo primeiro do poder soberano, dispomos ainda de um princípio de resposta para o quesito benjaminiano acerca da “origem do dogma da sacralidade da vida”. Sacra, isto é, matável e insacrificável, é

originariamente a vida no bando soberano, e a produção da vida nua é, neste sentido, o préstimo original da soberania. A sacralidade da vida, que se desejaria hoje fazer valer contra o poder soberano como um direito humano em todos os sentidos fundamental, exprime, ao contrário, em sua origem, justamente a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono.

Retomando este ponto em Agamben e sua definição de *homo sacer*, pode-se estabelecer duas relações com o contexto que está sendo analisado nesta investigação: a primeira diz respeito a uma “banalização da vida”, ou seja, como se as mortes por Covid-19 não fossem responsabilidade de ninguém, já que este “assassinato” não seria considerado nem homicídio e nem sacrifício; a segunda corresponde ao próprio conceito de “biopolítica”, aquilo que Agamben (2002) também chama de “tanatopolítica”, em que os mecanismos de poder são acionados não mais para provocar a morte ou “deixar viver”, ao invés disso, visam produzir a vida articulando as possibilidades de “deixar morrer”.

No final de abril de 2020, quando questionado por uma repórter acerca dos registros diários de mortes por Covid-19 no Brasil, Bolsonaro deu a seguinte resposta: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre” (CHAIB; CARVALHO, 2020). Em uma ocasião anterior ele já havia declarado: “É a vida. Todos nós iremos morrer um dia” (CHAIB, 2020). Segundo Lima (2020, p. 28), “esse tipo de mensagem ridiculariza a morte, que, apesar de ser o fim de todos os seres vivos, logo, um fato natural da vida, não deve ser banalizado, especialmente quando quem fala é o maior representante da nação brasileira, que é o Presidente da República”.

Essas frases de Bolsonaro revelam a ideologia perversa por trás dos mecanismos de biopoder; “*laissez-faire, laissez-passer*”, diriam os fisiocratas, resumindo satisfatoriamente o comportamento negacionista do atual presidente da República e dos seus seguidores. Nesse sentido, a postura de Bolsonaro e o discurso negacionista reverberado por ele e seus partidários nas redes sociais e pelos órgãos oficiais, só demonstram o total desprezo e falta de sensibilidade pela vida humana.

Ao revés, insistentemente Bolsonaro tratava o “problema econômico” como sendo mais importante do que o “problema humano”, culpando as medidas de segurança sanitária, como o *lockdown*, pelos maus resultados econômicos do seu governo (EFRAIM, 2022). Por diversas vezes usou a expressão “fica em casa, a

economia a gente vê depois” para se referir aqueles que defendiam o isolamento social e também aos governadores e prefeitos que adotaram ações nesse sentido, responsabilizando-os pela crise econômica (FAGUNDES, 2021). Além disso, de forma equivocada, incitou o boicote a vacina, prejudicando ainda mais a economia brasileira, já que a vacinação foi incentivada pela grande maioria dos líderes dos outros países, sendo, inclusive, apontada como a solução mais eficaz para o controle da pandemia e, conseqüentemente, saída da crise econômica.

Diante disto, as evidências que se interpõem sugerem que o presidente não estava preocupado nem com a economia, nem com as vidas perdidas, e sim em sustentar o seu discurso ideológico com fins políticos, culpando os seus opositores pelos erros e sequelas da sua gestão e incitando os seus seguidores, os assim autodeclarados “cidadãos de bem”, a ignorarem as medidas de segurança sanitária e a não se vacinarem, quando como afirmou ironicamente, a propósito das pessoas que iriam se vacinar: “Se você virar um jacaré é problema de você. Não vou falar outro bicho para não falar besteira aqui” (FERNANDES, 2020), ou quando enfaticamente declarou: “[...] da minha parte, eu não tomei vacina e não vou tomar vacina. É um direito meu e de quem não quer tomar” (SOARES, 2021).

Traçando um paralelo com o conceito de “banalidade do mal”, formulado por Hannah Arendt (1999), pode-se inferir que o discurso e práticas negacionistas incitadas por Bolsonaro e confirmadas pelo seu Governo, foram substanciais para a desinformação das massas e conseqüente “banalização” do real perigo representado pela pandemia da Covid-19. Nesse sentido é que os seguidores, reforçando a aplicabilidade do conceito, se assemelham com a figura de Eichmann, uma pessoa comum que de forma irrefletida colaborou para todo o horror da máquina de extermínio nazista.

A propósito, quando Adolf Eichmann sentou-se no banco dos réus para ser julgado por ter contribuído com a morte de milhares de judeus, de acordo com a descrição de Arendt (1999), ao contrário do que as circunstâncias e a própria promotória levavam a acreditar, sentava-se ali, um homem pacífico, comum, nada “assustador”, em verdade, um homem de muitas “virtudes”.

Diante disso, como conceber que uma pessoa tão comum como Eichmann, uma pessoa em perfeito estado mental, poderia ter sido capaz de promover a morte e o sofrimento de centenas de milhares de pessoas sem qualquer instinto perverso

aparente? Assim é que Arendt (1999) propõe o conceito de “banalidade do mal”, de modo a explicar, como pessoas sem motivações intrinsecamente malignas, nem lagos, nem Macbeths, poderiam ser capazes de promover as atrocidades mais terríveis, sem simplesmente perceberem o curso devastador de suas ações. Segundo Arendt (1999), foi pura irreflexão — algo de maneira nenhuma idêntico à burrice — que predispsôs Eichmann a se tornar um dos maiores criminosos desta era:

[...] quando falo da banalidade do mal, falo num nível estritamente factual, apontando um fenômeno que nos encarou de frente no julgamento. Eichmann não era nenhum lago, nenhum Macbeth, e nada estaria mais distante de sua mente do que a determinação de Ricardo III de “se provar um vilão”. A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação. E essa aplicação em si não era de forma alguma criminosa; ele certamente nunca teria matado seu superior para ficar com seu posto. Para falarmos em termos coloquiais, ele simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo. Foi precisamente essa falta de imaginação que lhe permitiu sentar meses a fio na frente do judeu alemão que conduzia o interrogatório da polícia, abrindo seu coração para aquele homem e explicando insistentemente como ele conseguira chegar só à patente de tenente-coronel da SS e que não fora falha sua não ter sido promovido. Em princípio ele sabia muito bem do que se tratava, e em sua declaração final à corte, falou da “reavaliação de valores prescrita pelo governo [nazista]”. Ele não era burro. Foi pura irreflexão — algo de maneira nenhuma idêntico à burrice — que o predispsôs a se tornar um dos grandes criminosos desta época. E se isso é “banal” e até engraçado, se nem coma maior boa vontade do mundo se pode extrair qualquer profundidade diabólica ou demoníaca de Eichmann, isso está longe de se chamar lugar-comum. [...] Essa distância da realidade e esse desapego podem gerar mais devastação do que todos os maus instintos juntos — talvez inerentes ao homem; essa é, de fato, a lição que se pode aprender com o julgamento de Jerusalém (ARENDR, 1999, p. 172).

Muitas pessoas deixaram de usar máscaras por acreditarem nas declarações do presidente; muitas sequer se vacinaram porque preferiram fazer o uso da cloroquina e de outros medicamentos ineficazes. Não é, portanto, coincidência que o número de mortes por Covid-19 no Brasil seja o segundo maior do mundo em números absolutos, atrás apenas dos Estados Unidos, que até 2020 também estava sob a égide de um governo negacionista e conspiracionista, sendo que, no Brasil, morreram de Covid-19, 160 pessoas por cada 100 mil habitante, bem acima da média mundial de 96 mortes, conforme dados recentes da OMS (2022).

Também não é coincidência que os estados e regiões brasileiras onde a pandemia gerou os seus efeitos mais graves foram aqueles em que o atual presidente obteve as melhores performances em termos de votação no pleito

eleitoral de 2018. Diversos estudos, para além deste, apontam resultados semelhantes, corroborando a afirmação de que houve uma maior incidência de mortes e contaminação por Covid-19 nas cidades e zonas eleitorais onde Jair Bolsonaro obteve maior percentual de votos:

i) Guilherme Figueira e Luca Louzada, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), apresentaram em julho de 2021 um estudo denominado: “Influência de Messias? Relação intramunicípio entre Preferências Políticas e Mortes em uma Pandemia”. Os autores associaram os resultados eleitorais por zona de votação com os números de mortos na pandemia da Covid-19 para cada um dos distritos da cidade de São Paulo. O estudo concluiu que “o desempenho pífio do país no lidar com a pandemia da Covid-19 tem relação com as preferências políticas da população” (FIGUEIRA; LOUZADA, 2021, p. 1, 12);

ii) Sandro Cabral (Insper), Nobuiki Ito (Ibmec) e Leandro Pongeluppe (Universidade de Toronto) apresentaram em abril de 2021 um estudo que indicou que as cidades em que Jair Bolsonaro venceu a eleição no segundo turno tiveram mais contaminação e mortes por Covid-19. Os cálculos apresentados também indicaram que as cidades onde Bolsonaro teve mais de 51% dos votos, registraram um percentual de 299% de casos de contaminação e 415% casos de mortes a mais em relação as cidades em que ele obteve uma quantidade inferior de votos na última eleição. Nesse estudo analisou-se os 5.570 municípios brasileiros (CABRAL; ITO; PONGELUPPE, 2021).

iii) O professor François Roubaud, juntamente com pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Instituto Francês de Pesquisa e Desenvolvimento (IRD), apresentou, em outubro de 2020, um estudo denominado: “*The municipalities facing Covid-19 in Brazil: socioeconomic vulnerabilities, transmission mechanisms and public policies*”. O estudo analisou a relação entre os resultados do primeiro turno da eleição do presidente Jair Bolsonaro nos 5.570 municípios brasileiros com a expansão da Covid-19. Os autores indicaram que em cada 10 pontos percentuais de votos que Bolsonaro teve a mais na eleição, aumenta a contaminação por Covid-19 em 11% e 12% em quantidade de mortes, concluindo, dessa forma, que “a Covid-19 causa mais estragos nos municípios mais favoráveis ao presidente Bolsonaro” (ROUBAUD *et al.*, 2020).

iv) Outros estudos acadêmicos sobre o tema podem ser encontrados nas principais bases de dados. Dois dos autores deste artigo, em equipe com mais seis profissionais, realizou uma série de estudos denominados: “Impacto das decisões das autoridades públicas na vida e na morte da população: Covid-19 no Brasil”, em que se analisou, mês a mês, a quantidade de pessoas que poderiam não ter falecido caso o Ministério da Saúde tivesse adquirido, em agosto de 2020, as 70 milhões de doses da vacina disponibilizadas pela farmacêutica Pfizer. Com os resultados alcançados, estimou-se que 27.330 vidas poderiam ter sido salvas, na faixa etária igual ou superior a 50 anos de idade se o governo brasileiro tivesse adquirido as vacinas, em agosto de 2020 (BARRETO JÚNIOR *et al.*, 2021).

Desse modo, diante do exame empreendido, é possível afirmar que a tragédia pandêmica no Brasil não foi um “mero acaso”, nem se deu unicamente em função do grau de letalidade do vírus, mas por uma confluência de diversos fatores, precipuamente àqueles ligados ao negacionismo defendido pelo presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores. A magnitude da disseminação do vírus e os números alarmantes de mortes por Covid-19 no Brasil, decorreram, em grande medida, da propagação de um “mal invisível” — não apenas, como se poderia imaginar, o vírus em si —, mas o “mal” proveniente da inconsequência e inconsiência daqueles que assumiram o negacionismo como prática cotidiana.

A incapacidade crítica dessas pessoas foi o que as tornaram corresponsáveis pela alta taxa de contaminação e mortes por Covid-19 no Brasil, contribuindo, dessa forma, para a “banalização” da pandemia e a instauração de uma “biopolítica de extermínio involuntário” da população; as centenas de milhares de vidas que foram “deixadas para morrer”, deixadas a própria sorte — a “vida nua” em seu aspecto mais cruel e fatídico.

Não por “mero acaso”, mas certamente por “pura irreflexão”, a pandemia da Covid-19 no Brasil é um retrato de como o negacionismo pode ser profundamente fatal, sobretudo, quando associado a práticas biopolíticas. Ao minimizar a letalidade do vírus, ao se posicionar contra o isolamento social, ao desestimular a vacinação em massa e o uso de máscaras, ao promover campanhas em prol de medicamentos sem comprovação científica para o tratamento de pessoas acometidas com Covid-19, o presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores, não só contribuíram para a normalização de uma catástrofe, como influenciaram de forma decisiva, por meio de

atos e práticas negacionistas, a sua ocorrência. Parafraseando Hannah Arendt, se isso nos ensina algo, a maior lição que se pode aprender com a tragédia da pandemia no Brasil é de que o negacionismo mata, literalmente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 impactou e impacta sobremaneira a sociedade global. Especificamente no Brasil, os efeitos devastadores dela foram ainda mais graves, sobretudo, em função do comportamento negacionista do Presidente da República e alinhamento de setores da sociedade civil a esse discurso. Tal conjuntura suscitou uma série de práticas que, por sua vez, facilitaram a maior disseminação do vírus, acarretando um número maior de contaminados e mortes. Por conseguinte, conforme dados apresentados nesta pesquisa, atestou-se que os estados e regiões em que o presidente Jair Bolsonaro obteve o maior percentual de votos no segundo turno da eleição de 2018, foram exatamente aqueles que, segundo o Coeficiente de Pearson, apresentaram os piores índices em relação as mortes por Covid-19 no Brasil, com uma variação entre positiva e muito alta do coeficiente de correlação.

Diante do exposto, após um exame crítico da questão, ficou claro que houve, por parte do atual governo e seus apoiadores, um negligenciamento em relação ao valor da vida humana durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. Com isso, houve também a institucionalização de uma “biopolítica de extermínio involuntário”, baseada na “banalização do mal” e na “negação da realidade”, demonstrando, portanto, que quando decisões políticas assumem o negacionismo por fundamento, principalmente em casos ligados a saúde pública, as consequências são nefastas, assumindo, inclusive, um caráter letal.

O mais tenebroso de tudo isto é que os mesmos que negaram e negam a pandemia, os autoproclamados “cidadãos de bem”, foram os principais disseminadores da doença, tornando-se corresponsáveis pela tragédia pandêmica no país. O contrassenso não poderia ser mais evidente. Em uma carta enviada a Gershom Scholem, Hannah Arendt (2015, on-line) escreveu: “Só o bem tem profundidade e pode ser radical”. O mal não possui profundidade, é supérfluo, não cria raízes porque é fútil, banal. Por isso mesmo, “ele pode abranger o mundo inteiro e devastá-lo, precisamente porque se difunde como um fungo sobre a sua

superfície” (ARENDR, 2015, on-line). Apesar de não ser radical, o mal pode vir a ser extremo, como confirma a trágica experiência da pandemia da Covid-19 no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGÊNCIA BRASIL. **Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na 75ª Assembleia Geral da ONU**. 22 set. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/veja-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-75a-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 19 jul. 2021.

AGUIAR, O. A. A Recepção Biopolítica da obra de Hannah Arendt. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 17, n. 1, p. 139-158, 2012.

ANDRADE, A. Com 2.278 mortes por milhão de habitantes, Brasil atinge a 8ª posição no ranking mundial. **PODER360**, 14 jun. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/brasil-8-posicao-ranking-mortes-covid/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

ARENDR, H. **Eichmann em Jerusalém**: relatos sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDR, H. O Mal pode ser extremo, não radical. Carta de Hannah Arendt. Trad. Moisés Sbardelotto. **Instituto Humanista UNISINOS**, 02 fev. 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/539470-o-mal-pode-ser-extremo-nao-radical-carta-de-hannah-arendt->. Acesso em: 01 jul. 2021.

BARRETO JÚNIOR, W. D. et al. **Impactos das decisões das autoridades públicas na vida e na morte da população**: Covid-19 no Brasil, julho de 2021. 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3376> . Acesso em: 17 dez. 2021.

BARRETTO JR., W. Isolamento Social X Imunidade de Rebanho. **Revista Fórum**, 09 set. 2022b. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniao/2022/9/9/isolamento-social-imunidade-de-rebanho-por-walter-barretto-jr-122996.html>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BARRETTO JR., W. O ataque à máscara, por Bolsonaro e seus seguidores. **Revista Fórum**, 21 set. 2022c. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniao/2022/9/21/ataque-mascara-por-bolsonaro-seus-seguidores-por-walter-barretto-jr-123619.html> . Acesso em: 19 jul. 2021.

BARRETTO JR., W. O ataque às vacinas. **Revista Fórum**, 05 set. 2022d. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniao/2022/9/5/ataque-s-vacinas-por-bolsonaro-seus-seguidores-por-walter-barretto-jr-122736.html>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BARRETTO JR., W. O tratamento precoce. **Revista Fórum**, 20 set. 2022e. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniaio/2022/9/20/tratamento-precoce-por-bolsonaro-seus-seguidores-por-walter-barretto-jr-123562.html>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BARRETTO JR., W. Os governadores, por Bolsonaro e seus seguidores. **Revista Fórum**, 15 set. 2022f. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniaio/2022/9/15/os-governadores-por-bolsonaro-seus-seguidores-por-walter-barretto-jr-123323.html>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Divulgação dos resultados das Eleições 2018**. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral, 2018. Disponível em: <<http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Parecer (SF) Nº 1, de 2021**. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www6g.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9031799&>. Acesso em: 01 jul. 2021.

CABRAL, S.; ITO N. C.; PONGELUPPE, L. S. **The disastrous effects of leaders in denial: evidence from the COVID-19 crisis in Brazil**. 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/05/estudo-preprint-negacionismo-pandemia-29abr2021.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.

CASTRO M. C. et al. Reduction in life expectancy in Brazil after Covid-19. **Nature Medicine**, New York, v. 27, n. 9, p. 1629-1635, 2021.

CHAIB, J. 'Tem que deixar de ser um país de maricas', diz Bolsonaro sobre combate à Covid-19. **Folha de S.Paulo**, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/11/temos-que-deixar-de-ser-um-pais-de-maricas-diz-bolsonaro-sobre-combate-a-covid-19.shtml> . Acesso em: 19 jul. 2021.

CHAIB, J.; CARVALHO, D. 'E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre recorde de mortos por coronavírus. **Folha de S.Paulo**, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-recorde-de-mortos-por-coronavirus.shtml> . Acesso em: 19 jul. 2021.

DODGE, Y. **The Concise Encyclopedia of Statistics**. New York: Springer-Verlag, 2008.

EFRAIM, A. Em campanha, Bolsonaro usa a pandemia para justificar problemas econômicos do Brasil. **Yahoo Notícias**, 06 mai. 2022. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/em-campanha-bolsonaro-usa-a-pandemia-para-justificar-problemas-economicos-do-brasil-080025680.html>. Acesso em: 19 jul. 2021.

ESPOSITO, R. **Bios: biopolítica e filosofia**. Torino: EINAUDI, 2004.

FAGUNDES, M. Bolsonaro volta a dizer que inflação é culpa do “fique em casa”. **PODER360**, 08 out. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-volta-a-dizer-que-inflacao-e-culpa-do-fique-em-casa/> . Acesso em: 19 jul. 2021.

FERNANDES, A. Bolsonaro: "Ô imbecil, eu já tive o vírus, para que tomar vacina?". **Correio Braziliense**, 17 dez. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/12/4895582-bolsonaro-o-imbecil-eu-ja-tive-o-virus-para-que-tomar-vacina.html> . Acesso em: 19 jul. 2021.

FIGUEIRA, G. e MORENO-LOUZADA, L. **Influência de Messias? Relação intramunicípio entre Preferências Políticas e Mortes em uma Pandemia (Messias' Influence? Intra-Municipal Relationship between Political Preferences and Deaths in a Pandemic)**. 2021. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3849383. Acesso em: 16 dez. 2021.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. da S. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, Recife, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURTADO, R. N.; CAMILO, J. A. de O. O Conceito de Biopoder no Pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, 2016.

G1. **Bolsonaro diz que 'pequena crise' do coronavírus é 'mais fantasia' e não 'isso tudo' que mídia propaga**. 10 mar. 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/10/bolsonaro-diz-que-questao-do-coronavirus-e-muito-mais-fantasia.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2021.

G1. **Bolsonaro diz que 'poder destruidor' do coronavírus 'está sendo superdimensionado'**. 09 mar. 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/09/bolsonaro-diz-que-poder-destruidor-do-coronavirus-esta-sendo-superdimensionado.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2021.

GARSON, G. D. **Statnotes: Topics in Multivariate Analysis**, 2009. Disponível em: <<http://faculty.chass.ncsu.edu/garson/PA765/statnote.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2021.
GAZETA DO POVO. **Eleições 2018**. 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/> . Acesso em: 01 jul. 2021.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

HINKLE, D. E.; WIERSMA, W.; JURIS, S. G. **Statistics Applied to Behavioral Sciences**. 5. ed. Boston: Houghton Mifflin, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba.html>. Acesso em: 01 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PIB – Produto Interno Bruto**. 2021b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 01 ago. 2021.

LIMA, S. A. Uma análise da pandemia de coronavírus sob o enfoque da banalização do mal de Hannah Arendt. **Revista Brasileira de Filosofia do Direito**, v. 6, n. 2, p. 22-37, 2020.

LOPES, S. Brasil chega a 448 mil mortes e 16 milhões de casos de Covid-19. **PODER360**, 24 mai. 2021b. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/brasil-registra-mais-1-899-mortes-por-covid-19-e-total-vai-a-448-mil/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

LOPES, S. Brasil tem mais 2.595 mortes por Covid-19; total vai a 403 mil. **PODER360**, 30 abr. 2021a. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/brasil-tem-mais-2-595-mortes-por-covid-19-total-vai-a-403-mil/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

OLIVEIRA, R. Terra adere à tese de Bolsonaro de que há exagero nas medidas de prevenção ao coronavírus. **GZH**, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2020/03/terra-adere-a-tese-de-bolsonaro-de-que-ha-exagero-nas-medidas-de-prevencao-ao-coronavirus-ck7wc74xe05cd01pqih23qxs.html>. Acesso em: 19 jul. 2021.

PELBART, P. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo, Iluminuras, 2003. **PODER360**. **Brasil confirma 948 mortes por Covid-19 em 24h; total vai a 542.214**. 18 jul. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/brasil-confirma-948-mortes-por-covid-em-24h-total-vai-a-542-214/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

ROUBAUD, F. et al. **The municipios facing Covid-19 in Brazil: socioeconomic vulnerabilities, transmission mechanisms and public policies**. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2020.

SILVA, B. N. da et al. Eficiência hospitalar das regiões brasileiras: um estudo por meio da análise envoltória de dados. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 76-91, 2017.

SOARES, I. Bolsonaro: "Como posso aceitar o cartão vacinal se eu não tomei vacina?". **Estado de Minas**, 09 dez. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/12/09/interna_politica,1329795/bolsonaro-como-posso-aceitar-o-cartao-vacinal-se-eu-nao-tomei-vacina.shtml. Acesso em: 19 jul. 2021.

STANTON, J. M. Galton, Pearson, and the peas: A brief history of linear regression for statistics instructors. **Journal of Statistics Education**, v. 9, n. 3, 2001.

TOLEDO, M.; CICCI, L. C. 'Chega de frescura e mimimi, vão chorar até quando?', diz Bolsonaro sobre pandemia. **Folha de S.Paulo**, 04 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/chega-de-frescura-e-mimimi-vao-chorar-ate-quando-diz-bolsonaro-sobre-pandemia.shtml>. Acesso em: 19 jul. 2021.

UOL. '**Gripezinha**': leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. 24 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso em: 19 jul. 2021.

VIEIRA, A. Decisão do STF sobre isolamento de estados e municípios repercute no Senado. **Agência Senado**, Brasília, DF, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/decisao-do-stf-sobre-isolamento-de-estados-e-municipios-repercute-no-senado>. Acesso em: 01 jul. 2021.